

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



## EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM IMPERATRIZ-MA

### DISTANCE EDUCATION AND ITS DEVELOPMENTS IN THE TRAINING PROCESS OF SOCIAL ASSISTANTS IN IMPERATRIZ-MA

**Jessica Lorrany Sousa Guimarães**  
**Universidade Federal Do Piauí(UFPI)**  
**Karoline Brito Sousa Moura**  
**Universidade Federal Do Piauí(UFPI)**  
**Marlene Corrêa Torreo**  
**Universidade Federal Do Piauí(UFPI)**

#### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a Educação superior à Distância e seus desdobramentos no processo de formação dos assistentes sociais em Imperatriz, Maranhão. Expõe os fundamentos históricos do surgimento desta modalidade de ensino no Brasil, bem como traz elementos de sua atual configuração no momento de intenso processo de mercantilização e precarização do ensino superior no país, adensado pelas políticas neoliberais. Como processo metodológico adotou a pesquisa qualitativa assentada no método dialético. Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas aplicado aos discentes das instituições de ensino à distancia que ofertam o curso de Serviço Social e que são cadastradas no portal e-MEC. Dentre elementos centrais o estudo identificou o quanto os alunos de Serviço Social tem tido acesso a rasos conteúdos não obtendo um ensino alinhado ao projeto ético-político da categoria profissional, colidindo frontalmente com uma formação crítica.

**Palavras-chave:** Ensino à distância. Mercantilização. Formação Profissional em Serviço Social.

#### ABSTRACT:

The present work has as objective to make a reflection on the Higher Education Distance and its unfolding in the process of formation of social workers in Imperatriz, Maranhão. It exposes the historical foundations of the emergence of this type of education in Brazil, as well as the elements of its current configuration in the moment of intense process of commercialization and precariousness of higher education in the country, densified by neoliberal policies. As methodological process adopted the qualitative research based on the dialectical method. For data collection, a questionnaire was used with open and closed questions applied to the students of the distance learning institutions that offer the Social Work course and which are registered in the e-MEC portal. Among the central elements the study identified how much the Social Service students have had access to content contents not getting a teaching aligned to the ethical-political project of the professional category, frontally colliding with a critical formation

**Keywords:** Distance learning. Mercantilization. Professional Training in Social Work.



## 1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, em especial, a Educação Superior, vem atravessando, desde os anos 1990, um intenso processo de transformação. A expansão do Ensino à Distância (EAD) apresenta-se como um dos resultados dessas mudanças. Trata-se de um fenômeno que vem apresentando um crescimento desordenado na oferta de vagas de vários cursos, dentre eles o de Serviço Social.

O presente estudo teve como objetivo central realizar uma análise sobre a expansão do Ensino Superior à Distância e seus desdobramentos no processo de formação dos assistentes sociais em Imperatriz, Maranhão.

Do ponto de vista metodológico, utilizou-se a abordagem qualitativa assentada no método marxista por entender que este possibilita as bases de uma interpretação dos condicionantes sociais a partir do seu aspecto totalizante e contraditório.

Para levantamento dos dados empíricos foi realizado primeiramente um mapeamento das instituições à distância que ofertam o curso de Serviço Social na cidade de Imperatriz. Nesse sentido, a pesquisa teve como recorte empírico as seguintes Instituições à Distância que ofertam o curso de Serviço Social, a saber: Universidade Estácio de Sá (UNESA), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Universidade Anhanguera (UNIDERP), Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (ESTÁCIO RIBEIRÃO PRETO), Centro Universitário Internacional (UNINTER).

Após a realização do mapeamento buscou-se à aplicação de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, com tutores e acadêmicos dos cursos de Serviço Social das instituições que são cadastradas no portal do e-MEC.

Aponta-se nesse trabalho os aspectos que fundamentaram o surgimento histórico da Educação à Distância no Brasil, bem como situa sua configuração atual explicitando a sua estreita vinculação ao projeto neoliberal de mercantilização e precarização do ensino superior no Brasil.

Destaca ainda elementos que indicam como esta modalidade tem incidido na desordenada oferta de vagas no curso de Serviço Social, tendo como referência empírica a realidade do município de Imperatriz, Maranhão.



## **2 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO À DISTÂNCIA E SEUS DISPOSITIVOS LEGAIS**

O percurso histórico da Educação à Distância (EaD) foi marcado por diversas experiências com sucessos e fracassos. Sua origem se deu no final do século XVIII. As aulas por correspondência foram às primeiras iniciativas dessa modalidade de ensino, porém somente no século XIX ocorreu uma maior divulgação.

No Brasil, o EaD surgiu como alternativa para suprir as necessidades da população por meio de aparelhos radiofônicos, que, com toda a precariedade, permitiam capacitação dos trabalhadores do meio rural sem o deslocamento para espaço urbano.

Lopes et al (2007), afirmam que “a história da educação a distância no Brasil esteve sempre ligada à formação profissional, capacitando pessoas ao exercício de certas atividades ou ao domínio de determinadas habilidades, sempre motivadas por questões de mercado”.

No entanto, a regulamentação do Ensino à Distância, somente ganha um marco cronológico na Lei nº 9.394/96 sendo incluída na legislação educacional, reconhecida pela LDB uma modalidade de educação em seu artigo 80. Vidal e Maia (2010) esclarecem, ainda, sobre esse momento pós LDB 9.394/96:

Marcado por experiências diversas com a introdução não só dos recursos pedagógicos já disponíveis – material impresso, vídeo aulas, tutoria e professor conteudista - mas pela inclusão de tecnologias digitais capazes de criar ambientes virtuais de aprendizagem com interação síncrona e assíncrona; o desenvolvimento de metodologias próprias para formatar e imprimir material impresso; a criação de estrutura técnica e de recursos humanos para apoio a atividades de multimídia e a concepção de uma logística para oferta de curso EaD em escala nacional. (VIDAL, MAIA, 2010, p. 15).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a EaD no Brasil teve um crescimento acelerado, tendo em vista as experiências efetivadas pelas Universidades públicas, bem como a indiscutível participação da esfera privada que tomou frente no oferecimento deste ensino. A partir dessas inferências, pode-se notar que o Ensino à Distância perpassa por uma trajetória histórica ligada ao avanço tecnológico, social e político do país.

É importante mencionar que enquanto nos países centrais o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação, tem como objetivo integrar novos caminhos ao processo de

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



aprendizagem, nos países periféricos, vem se configurando como técnicas de substituição, conjugada ao processo de precarização e aligeiramento da educação superior.

### **3 EXPANSÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA E O SERVIÇO SOCIAL**

A política educacional brasileira, em meados dos anos 1990 e, especialmente, pós-2000, vem projetando-se de modo cada vez mais mercantilizada, principalmente no ensino de nível superior. Nesse sentido, Mendes (2010) discorre que “nos anos 2000, a “Educação” privada, em especial, à Distância assume um papel importante na configuração do ensino brasileiro. Observa-se uma crescente disponibilidade de vagas em diferentes cursos e áreas do conhecimento”. Posto isso, é nos anos 2000 que a expansão do Ensino Superior possibilitou o acesso de milhões de jovens e trabalhadores na educação superior, abriu oportunidade de formação profissional.

De acordo com dados do MEC (2015), tendo em vista a expansão do Ensino Superior, no estado do Maranhão, de 39 instituições, somente 2 (5,23%) são públicas e 37 instituições (94,87%) são privadas. Destas instituições de ensino totalizam 1.848 cursos, entre estes 828 (44,81%) são presenciais e 1020 (55,19%) são da modalidade à distância, podendo se perceber, que a diferença entre as duas é muito significativa. Essa significativa expansão, no Brasil, vem tendo grande visibilidade nos debates, assim como a intervenção do Estado nesse processo.

Com a política pública de incentivo a Educação à Distância (EaD) e com ampliação da internet e as novas oportunidades oferecidas pelas Tecnologias de Informação de Comunicação (TIC), as Instituições de Ensino Superior (IES), têm executado investimentos relevantes nos programas de EaD. Os órgãos de Representação do Serviço Social, no CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO (2010) evidenciam que:

Ao contrário dos países centrais, onde as TIC agregam novas possibilidades pedagógicas, nos países periféricos o uso dessas tecnologias tem significado substituição tecnológica. Uma política de ensino superior pobre para pobres, já que declaradamente a EAD está associada à oferta de ensino para segmentos mais pauperizados, conforme consta no PNE aprovado no governo Cardoso. (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010, p. 3).

Esse quadro proporciona o crescimento significativo da quantidade de matrículas dos alunos por curso, o aumento das instituições que oferecem cursos de graduação em capitais e

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



nos interiores dos estados, aplicando diferentes formas e modalidades de ensino, assim como a modalidade à distância.

Outro aspecto a ser pontuado refere-se aos pólos cadastrados, pois, se tem observado que cada pólo distribui-se em quantidade superior aos dos cursos já cadastrados. Dessa forma, não é possível ser precisa à contabilização dos cursos na modalidade de Ensino à distância. Pereira (2008) ressalta que:

Este processo acabou por atingir fortemente o Serviço Social, que acompanhou o mesmo ritmo de crescimento da oferta de seus cursos, com uma expansão explosiva dos mesmos em todo Brasil. No período criaram-se mais 49 novos cursos de Serviço Social, somando-se 52 escolas criadas entre 1990 e 2002. (PEREIRA, 2008, p. 194).

Nesse cenário, para Pereira (2008, p.195), se expressa puramente uma realidade da mercantilização da formação profissional em Serviço Social que, ao que tudo aponta, é um contexto de favorecimento dos interesses expansionistas do capitalismo.

### **3.1 ENTIDADES DA CATEGORIA NA RESISTÊNCIA CONTRA A EXPANSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO À DISTÂNCIA**

As entidades que representam a categoria, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), desde os anos 2000 vêm materializando intervenções como discussões e debates sobre as constantes mudanças no Ensino Superior brasileiro que ocasionam sua precarização e aligeiramento. Nesse sentido, o documento de incompatibilidade evidencia suas ações interventivas que:

Durante este período, resistir, por exemplo, aos cursos sequenciais. A partir de 2005, com a expansão do EaD, consolida-se uma unidade de posicionamento entre as entidades nacionais de serviço social, que manifestaram, em 2006, por meio de nota pública, uma posição contrária à implementação de cursos de graduação à distância na área. (CFESS, 2014, p. 30).

Ainda nessa direção, o conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO promoveu em 2011 a campanha “Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”, campanha desenvolvida com o objetivo de:

Provocar o debate público acerca da política brasileira de educação que, no ponto de vista das entidades promotoras, é profundamente mercantilizada e discriminatória, já que não garante o acesso ao ensino superior presencial, público e de qualidade para

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



todos/as os/as brasileiros/as; denunciar os problemas e irregularidades detectados nas pesquisas realizadas pelos Regionais em diversos cursos de graduação à distância em Serviço Social; e tornar público o posicionamento de defesa da democratização do ensino, mas com garantia de qualidade na formação. (CFESS, 2011, p.01).

Diante dos objetivos esclarecidos, é importante comentar que os posicionamentos das entidades não estão fundamentados no preconceito e nem são direcionados aos estudantes e trabalhadores que fazem parte do Ensino à Distância. Mas, que na realidade, essa campanha esclarece o posicionamento das entidades em discordância com a política de educação brasileira fortemente discriminatória e mercantilizada.

Dessa forma, o objetivo real dessa mobilização proposta através da campanha, é a defesa da democratização do acesso ao ensino superior por meio da igualdade das condições e oportunidades, reconhecendo a educação como um direito e não como uma mercadoria.

Sobre as reais possibilidades oferecidas pela EaD na formação profissional e seus respectivos atores dessa realidade, a entidade comenta ainda, que “é fundamental ressaltar que a precarização do processo formativo não atinge somente os/as graduandos/as em serviço social na modalidade de EaD, mas também aqueles que cursam a formação presencial” (CFESS, 2014).

Diante desse cenário, a questão em evidência é a “produção” de uma grande massa de profissionais com conteúdos superficiais; é a qualidade oferecida pelo ensino, que não garante o perfil das Diretrizes Curriculares; é a educação mercantilizada que não assegura uma qualidade do serviço social que o Brasil necessita. Nesse ponto de vista, os princípios profissionais são incompatíveis e chocam-se com conteúdo, competências e capacidades especificadas nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, bem como os dispositivos normativos do estágio (Lei 11.788/2008, Resolução CFESS 533/2008 e Política Nacional de Estágio/ABEPSS) e as atribuições e competências dos/as assistentes sociais previstas na Lei 8.662/1993 (CFESS Manifesta, 2011, p.284).

Através dos apontamentos descritos no documento, reafirmou-se o descompromisso das instituições de Ensino à Distância na formação profissional e a ausência no controle de um acompanhamento regular da expansão e o fornecimento de serviços das instituições por parte do Ministério da Educação.

## **4 INSTITUIÇÕES DE ENSINO À DISTÂNCIA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA**

## II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



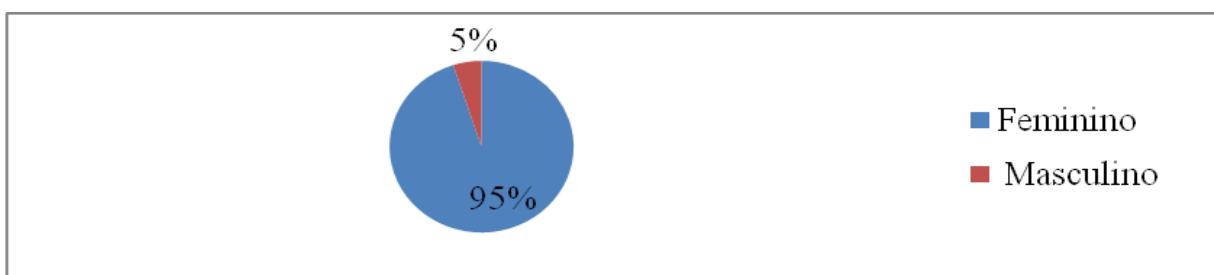
Desde os anos 2000, tem se verificado uma significativa expansão de instituições de educação superior em níveis de graduação e pós-graduação no município. Conforme Sousa (2015), “a cidade de Imperatriz tem se consolidado no âmbito regional como um dos mais importantes polos da educação superior no Estado do Maranhão”. Nesse sentido, o presente trabalho buscou realizar um estudo acerca da expansão do Ensino Superior à distância e suas repercussões no processo de formação dos assistentes sociais no município de Imperatriz - Ma.

A pesquisa foi realizada com um total de 40 acadêmicos das seguintes instituições: Universidade Anhanguera (UNIDERP), Universidade Estácio de Sá (UNESA), Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (ESTÁCIO RIBEIRÃO PRETO), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Centro Universitário Internacional (UNINTER).

Com o objetivo de preservar os entrevistados, a pesquisa utilizou símbolos que serão exibidos por números indo-arábicos.

Em relação ao Sexo, observou-se uma predominância do feminino, conforme dados dos matriculados, indicado abaixo:

### Gráfico 01- Sexo



Fonte: Pesquisa de campo, Imperatriz – MA, 2017.

Diante do exposto, fica evidente que a procura pela profissão de Serviço Social tem maioria absoluta representada por mulheres, pois do total de alunos entrevistados, 95% são do sexo feminino. Considera-se que essa realidade é encontrada historicamente enraizada na profissão, o que é evidenciado por Iamamoto (2001), no que diz:

[...] No Serviço Social têm-se um contingente profissional hoje proveniente de segmentos médios, pauperizados, com um nítido recorte de gênero: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres para mulheres. (IAMAMOTO, 2001, p. 104).

### Gráfico 02- Motivos pela Escolha do Curso à Distância

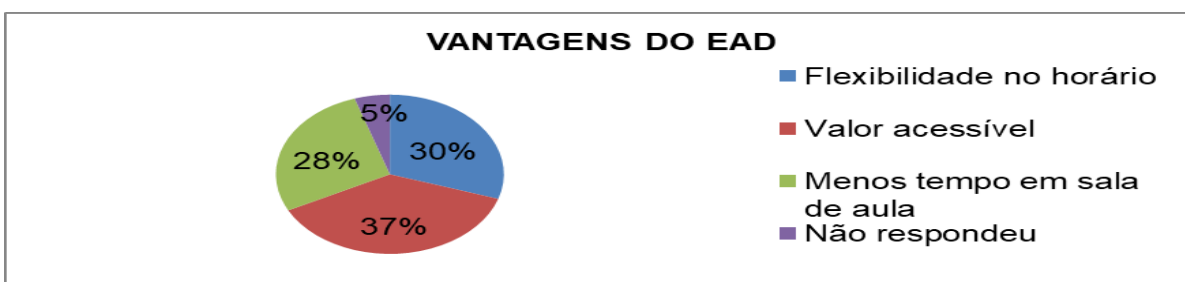


Fonte: Pesquisa de campo, Imperatriz - MA, 2017.

De acordo com a pesquisa, a maioria dos entrevistados pontuou que a flexibilidade nos horários oferecido no EAD foi o motivo que os levou a escolherem essa modalidade. Nesse sentido, é visível que a flexibilidade de horário está como pontos determinantes para a escolha da graduação à distância. Contudo, observa-se também a necessidade dos acadêmicos em conciliar a rotina diária, entre trabalho e as obrigações familiares.

Outro aspecto pesquisado foi em relação às vantagens em cursar esta modalidade. Os dados revelam que o valor acessível, se apresenta como a maior vantagem conforme o gráfico aponta:

### Gráfico 03- Vantagens na Escolha do Curso à Distância



Fonte: Pesquisa de campo, Imperatriz - MA, 2017.

Pode-se compreender que a educação privada e à distância passa a ser vista não como um direito constitucional mais como uma mercadoria barata.

O contexto de desigualdade reforça essa concepção distanciando os acadêmicos de uma educação que é direito, sendo atribuído valor à facilidade do ensino e não à qualidade oferecida. A graduação nesta modalidade exerce uma lógica mercadológica em apenas vender um produto sem se preocupar com a qualidade e nem com quem a compra, contribuindo para um desastre educacional e conseqüentemente para atraso do ensino de não formar sujeitos críticos. Nessa perspectiva Iamamoto (2011) destaca que:

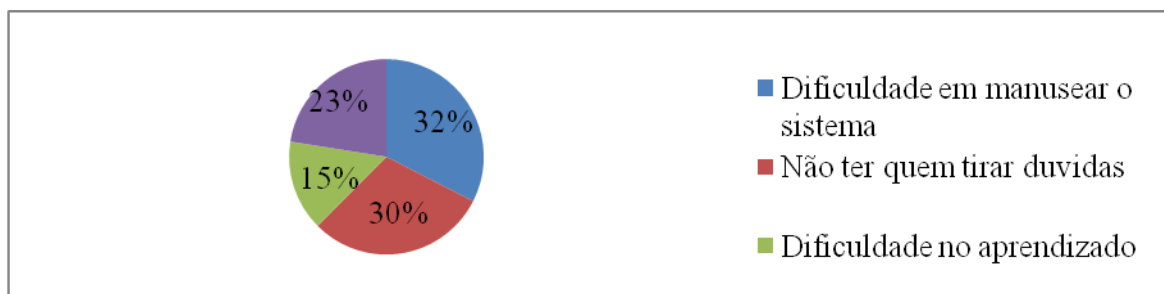




O estímulo ao EaD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim no seu objetivo maior – a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2011, p. 441).

Sobre os principais problemas apontados pelos discentes observou-se no gráfico a seguinte porcentagem:

#### Gráfico 04-Problemas da graduação no Ead



Fonte: Pesquisa de campo, Imperatriz - MA, 2017.

Considerando os problemas dessa modalidade de ensino, 77% dos entrevistados apontaram limitações no EaD, tendo em vista os elementos que interferem no processo de formação profissional. Dessa forma, são esclarecedores os dados, uma vez que a TIC é o principal mecanismo de ensino da modalidade. Nesse sentido, é perceptível a fragilidade no ensino oferecido conforme o Documento CFESS, CRESS, ABPESS, ENESSO (2010):

Ao contrário dos países centrais, onde as TIC (Tecnologia de Informação e comunicação) agregam novas possibilidades pedagógicas, nos países periféricos o uso dessas tecnologias tem significado substituição tecnológica. Uma política de ensino superior pobre para pobres. (CFESS, CRESS, ABPESS, ENESSO, 2010, p. 3).

É evidente que as tecnologias não estão disponíveis para todos, em um contexto de exclusão e desigualdade social existente, e ainda os que fazem uso desse mecanismo nem sempre sabem usá-lo corretamente. Outro dado importante que compromete o processo de formação apontado pelos entrevistados é não ter quem tirar dúvidas, isso acaba se tornando uma limitação dessa modalidade.

Percebe-se também que 30% dos discentes apontaram a dificuldade em esclarecer dúvidas durante o processo de formação. Existe pouco tempo de acompanhamento aos

## II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

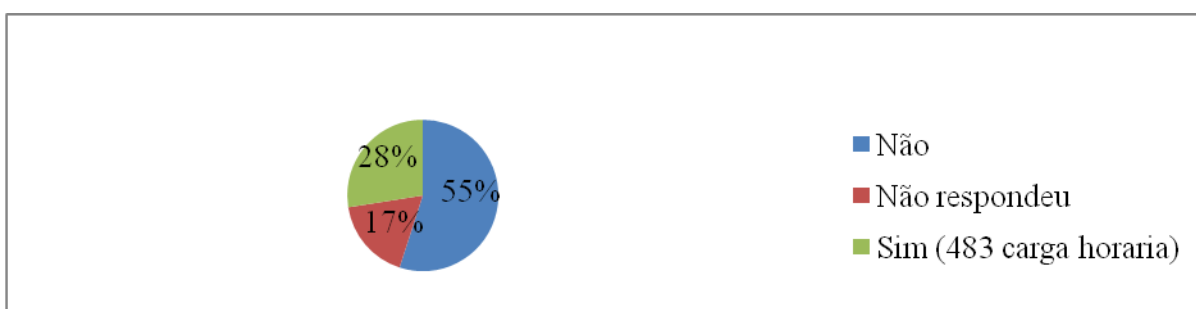
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



acadêmicos dessa modalidade e conseqüentemente pouco investimento na relação entre tutor e aluno, seja no esclarecimento de dúvidas ou o fortalecimento de relacionamento, seja com tutor e/ou alunos.

A ausência da interação presencial entre tutor e acadêmico prejudica diretamente a aprendizagem e a formação profissional, limitando os diálogos e debates que fortaleçam o posicionamento de um sujeito que compreenda a realidade existente.

### Gráfico 05- Inserido no Campo de Estágio



Fonte: Pesquisa de campo, Imperatriz - MA, 2017.

Observa-se um número expressivo dos acadêmicos que não foram inseridos em um campo de estágio, explicitando assim mais uma das dificuldades nesta modalidade de ensino. A inserção do acadêmico em um campo de estágio é fundamental, e obrigatória, visto que, proporciona uma vivência mais próxima da realidade e prática profissional.

O estágio é obrigatório e este compõe a estrutura curricular do curso de Serviço Social, um dos componentes indispensáveis no processo de formação, por isso, necessita ser efetivado em consonância com as prerrogativas profissionais.

As instituições devem viabilizar a inserção desses alunos no campo de estágio e ainda disponibilizar de um supervisor acadêmico, atendendo aos direcionamentos e em concordância com a regulamentação do estágio, como prevê na Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008), que traz todas as normativas que precisam ser efetivadas no processo de formação profissional. No artigo 7º, a Lei dispõe sobre as obrigações das instituições de ensino que: “III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário”.

No âmbito do Serviço Social a regulamentação da supervisão de estágio, essa competência é atribuída ao CFESS, e outra importante resolução criada é a que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social a Resolução 533 (CFESS, 2008), que dispõe

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



também no seu artigo 7º que cabe “ao supervisor acadêmico cumprir o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando à qualificação do aluno durante o processo de formação nas dimensões técnico-operativas, teórico-metodológico e ético-política da profissão”.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com todos esses elementos indicados, verifica-se que a EaD não possibilita uma ampliação democrática do acesso ao Ensino Superior, uma vez que se manifesta como uma política que intensifica as desigualdades sociais e regionais do país que garante aos mais ricos um ensino de qualidade, no entanto, aos que não têm as mesmas condições para o acesso às poucas então Instituições Públicas presenciais ou a opção de custear uma formação oferecidas em EaD – ocorrendo a maior precarização e a mercantilização da Educação.

Em relação ao Serviço Social, constatou-se que essa ênfase expansionista do EaD oferece um ensino que não contribui para as necessidades de uma educação de qualidade, propagando um distanciamento das dimensões profissionais do Serviço social tais como: teórico-metodológica, ético-político e técnico operativa, instrumentos legitimador da profissão, o que confirmou a imensa fragilidade do ensino oferecido, uma vez que esses alunos não detêm de uma construção efetiva das perspectivas fundantes do Serviço Social.

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Sistema e-MEC. **Instituições de ensino superior e cursos cadastrados**. Brasília, DF, 2015. Sem paginação. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avançada>. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

CFESS/CRESS, ABEPSS/ENESSO. **Sobre a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: setembro de 2010.

CRESS, **Projeto Ético-Político. Espírito Santo**. 2011. Disponível em: [cress-es.org.br/projetoetico.htm](http://cress-es.org.br/projetoetico.htm). Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social: volume 2**. Brasília: 2014.

CFESS. **Resolução nº 533, 29 de setembro de 2008**. Regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008.

CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Maria Cristina L. P. et al. **O Processo histórico da Educação à Distância e suas Implicações: desafios e possibilidades**. São Paulo: 2007.

MENDES, Valdeilane. **A Expansão do Ensino à distância no Brasil: democratização do acesso?** Pelotas – RS. Universidade Federal de Pelotas, 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz**. 2015. (tese de

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia) – PP GEO/UFU.

VIDAL, Eloisa maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução a Educação à Distância.** editora: RDS, 2010.